

As vezes que tentaram denegar seu nome estava a postos na tribuna para de-
fendi-lo, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores, mais votos
para o uso da tribuna e nem quem para a deliberação das matérias
na Ordem do Dia, o Senhor Presidente enunciou a presente Sessão em nome
de Deus E, para comter mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois
de lida, submetida a Approvação Unânime, e aprovada, será assinada para que
produza seus efeitos legais.

Em off
 O Senhor
 Presidente

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo da Câmara
Municipal de Lagoa Nova, realizada no dia
13 (treze) de maio do ano de 2008 (dois mil
e oito).

Indeferido horas do dia 13 (treze) de maio
do ano de 2008 (dois mil e oito) sob a presidência do Vereador Luiz Geraldo Si-
mas de Aguiar e com a ocupação "ad hoc" da Presidência Secretaria pela Vere-
adora Luíza Schumdt de Aguiar, reuniram-se Unânimemente a Câmara Municipal
de Lagoa Nova. Após a leitura, responderam a chamada regimental os seguintes Vere-
adores: Acyr Silva da Rocha, Arys Brito de Figueiredo, Alexandre Luis Sant'Anna,
Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, Fábio do Santos Mendes, Jordany Cândido de Agui-
ar, Paulo Henrique Correia de Sant'Anna, Rui Bachudo da Cunha, Zilés Rodri-
gues Brito e Valery Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor
Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E requer feita
da e aprovada a seguinte Ata: Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o
Senhor Presidente submeteu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expedien-
te que contém do seguinte: Anexo GABEÉ - em nº 39/2008 - Projeto Lei n.º 11-
P/L - em nº 35/2008 - Projeto de Lei nº 048/2008, assunto: Altera normas pa-
ra parcelamento, uso, ocupação e edificação do solo urbano dos áreas
que abrangem a da cidade providências, requerimento nº 059/2008. Vere-
adora Luíza Schumdt de Aguiar, assunto: requer do Excm. Senhor Prefeito Municipal
em caráter de urgência a condução do Dinho da proximidade de Atinaçuil

o faltar em obediência de Volinzeu de Lagoa. Remetida a letra do Expediente
 o Senhor Presidente prorogou a Tribuna aos Oradores, emita. Depois a Tribuna como
 primeiro orador emitiu o Veredicto final do Sancto Senado, que após as deliberações de
 hoje, comentou sobre a discussão em torno das disposições do Partido do Trabalho,
 dom, que se achava em envolver seu nome, no entanto ainda tinha oportunidade de
 ainda fazer até o próximo dia 25 para a formalização. A seguir, registrou a presença
 do Promotor Público Doutor Aurilo Antunes. A seguir, comentou sobre o requerimen-
 to de Urgência e ser notado naquela sessão, de acordo sobre a licitação de nomeação
 na paralelamente, uso, ocupação e utilização do solo urbano, para a construção
 do empreendimento Barra de Lagoa, dista sendo que o mesmo era de natureza
 interesse público, visto que se tratava de construção na margem direita do Canal
 do Itaipu. Continuando, disse que esteve presente na audiência pública realiza-
 da no Arche Arche Arche para discutir questões ligadas ao estudo empreendimento.
 Observou que fora suscitado com o delegado comitê do Sancto Senado
 e com o requerimento de Urgência apresentado na Secretaria da Urban, assim
 houve encaminhamento de técnicos que inclusive estiveram presentes à audiência
 não no Arche Arche Arche. Disse que estava do quarto parágrafo do estudo de
 feito, licença do requisito e demais requisitos complementares, inclusive com estudos
 de impacto ambiental. Afiriu que na reunião em que esteve presente no Arche
Arche juntamente com o delegado Alfredo Donclus, houve muitas questionam
tos que não foram respondidos. Disse que não era contrário ao progresso e nem era
 afeito a abrir pedras em empreendedores, mas tinha o objetivo de pensar o fu-
 turo do município com responsabilidade, visto que a licença prévia ambiental
 não era a licença de instalação e não estava condizente com o projeto apresentado
 a letra e não estava, pois ainda, que também não fora mencionado o rela-
 tório da Audiência Pública com as exigências técnicas exigidas, logo que
 se apresentava a Comissão deputada não condizia com a realidade do projeto e
 tinha como objetivo levar a Comissão Comunidade ao erro. Observou, em seguida,
 que o projeto não era coerente com a lei municipal e a lei de zonamento e
 estudou com o plano diretor do município que estabelecia que um empreendi-
 mento daquela natureza não poderia ser construído sem uma Audiência Pública
 ou ouvindo representantes da sociedade. Notou ainda, que ao sair da Au-
diência Pública construída com dúvidas com relação ao lugar onde seriam
 colocados tanto os eixos e diversos outros itens estavam sem respostas, o que

deixava o projeto inconstante para a votação. Disse que havia a Casa Informa-
ção fundamental, a imagem do projeto tinha um direcionamento específico
para aprovação da construção da obra. Entendeu, que não tinha dúvida que
a ação do deputado público, demais órgãos competentes para a aprovação do
projeto eram essenciais, pois que a palavra final seria da Casa Legislativa, com
havia muitas limitações técnicas que deveriam ser observadas. No segundo mo-
mento que o empreendimento deveria de fato não ter impacto grande, degran-
de simonão ao município e trouxe aos Nobres Pares que não votaram na
matéria, uma vez que o interesse público estava a uma de qualquer ação
política, assim, deu-lhe o apoio à Casa para que fosse realizado um projeto
que atendesse ao anseio da comunidade, no que enuncia sua fala. O requer-
ente pediu a tribuna o Vereador Alfredo Gonçalves que inicialmente disse que havia
uma importante matéria acerca de um grande empreendimento a ser votado
na Casa. O requerente, leu a publicação da obra em dependência sobre a altera-
ção de nome para o paralelamente, uso, o espaço e a utilização do terreno
havia das áreas empreendidas no projeto de construção do empreendimento
terreno de tubo fino, destacando a seguir a relevância do projeto, no que
estava claro no documento que a licença era provisória e que não havia que
que tentaria de burlar os prêmios legais e que tal empreendimento era
de incommensurável relevância para o Município em virtude da quantidade
de de empregos que seriam gerados. Concluiu o orador do Vereador Funes
da obra da legalidade do projeto em pauta e reiterou a importância do em-
preendimento terreno de tubo fino para a região, no que enuncia sua fala.
Nada, ou melhor, não havendo mais oradores, montou para o uso da tribu-
na, o Senhor Vereador conduziu os trabalhos para o OrDEM DO DIA. Entendeu
que foi aprovado parecer favorável da Comissão de Educação Social no seguintes
projetos: Projeto de Lei nº 125/2008, Projeto de Lei nº 126/2008, Projeto de Lei nº 130/2008
e Projeto de Lei nº 003/2008. Foi aprovado parecer favorável da Comissão de
Comunicação e Justiça no seguintes projetos: Projeto de Lei nº 25/2008 - L. E. nº
022/2008 que foi encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamentos
e Administração, Projeto de Lei nº 24/2008 - L. E. nº 024/2008, que teve aprovado
o requerimento de urgência nº 055/2008 para que as Comissões Técnicas se
reuniram para emitir parecer em conjunto ao referido projeto, Projeto de
Lei nº 039/2008 que foi encaminhado para a Comissão de Políticas Públicas

Projeto de Lei nº 030/2008, que foi encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação, Projeto de Lei nº 031/2008, Projeto de Lei nº 033/2008, foram encaminhados para a Comissão de Políticas Públicas, Projeto de Lei nº 035/2008 - b. b. nº 029/2008, teve aprovado o requerimento de urgência nº 036/2008 para que as Comissões Finanças e Reuniões para emitir parecer ao Projeto em referência, Projeto de Lei nº 036/2008 - b. b. nº 031/2008, foi encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação, Projeto de Lei nº 037/2008 - b. b. nº 030/2008, foi encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação, Projeto de Lei nº 038/2008, Projeto de Lei nº 043/2008, foram encaminhados para a Comissão de Políticas Públicas, Projeto de Lei nº 044/2008 - b. b. nº 031/2008, teve aprovado o requerimento de urgência nº 058/2008 para que as Comissões Finanças e Reuniões para emitir parecer em conjunto, em conjunto, em conjunto em referência, Projeto de Lei nº 046/2008 - b. b. nº 034/2008, Projeto de Lei nº 47/2008 - b. b. nº 032/2008, foram encaminhados para a Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação, Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2008, foi encaminhado para a Comissão de Políticas Públicas. Foi aprovado o requerimento de urgência nº 057/2008 com os votos contrários dos Vereadores Gênes do Santos Mendes e Luiz Schmidt Borella para que as Comissões Finanças e Reuniões para emitir parecer em conjunto ao Projeto de Lei nº 046/2008 - b. b. nº 35/2008, foi aprovado o requerimento nº 059/2008. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou a presente Sessão em nome de Deus, marcando Sessão Extraordinária para dentro de quinze minutos - b. para comitar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação da Câmara, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

[Assinatura]
 Riedi Schmidt

Ata da Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa Brava, realizada no dia 13 (treze) de maio de ano de 2008 (dois mil e oito).

As vinte horas do dia treze de maio de ano de 2008 (dois mil e oito) sob a Presidência do Vereador Sr. Geraldo Lopes de Aguiar e com a comparecimento da maioria dos membros "ad hoc" pela Vereadora Luíza Schmidt